

## ASPECTOS GERAIS

= Matérias relacionadas a:

- Despesas
  - Receitas
  - Créditos
- } públicos

## LEI COMPLEMENTAR

- Disporá sobre:  
(em uma ou várias L.C.s)

1. Finanças públicas

2. Dívida pública interna e externa

↳ Inclusive de:

- Autarquias
- Fundações
- Entidades controladas pelo poder público

3. Concessão de garantias pelas entidades públicas

4. Emissão e resgate de títulos da dívida pública

5. Fiscalização financeira da administração pública { direta e indireta

6. Operações de câmbio por órgão e entidades de { União estados/DF municípios

7. Compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da união

↳ Resguardadas características e condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional

↳ A lei 4.320/64 foi recepcionada pela CF/88 como L.C.

# FINANÇAS PÚBLICAS



**NOVIDADE! EC 109/2021**

8. Sustentabilidade da dívida, especificando:

- 1) Indicadores de sua apuração
- 2) Níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida
- 3) Trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação
- 4) Medidas de { ajuste suspensões vedações
- 5) Planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida

- Essa L.C. pode autorizar as vedações previstas no art.167-A.

# FINANÇAS PÚBLICAS

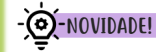
## BANCO CENTRAL

- Exerce a competência da união de **emitir moeda** de forma exclusiva!
- Pode { comprar e vender } títulos do Tesouro Nacional
  - Para regular:
    - Oferta de moeda
    - Taxa de juros
- É **vedado** ao BACEN conceder (Direta ou indiretamente) empréstimos a:
  - Tesouro nacional
  - Qualquer órgão/entidade que não seja instituição financeira

### DEPÓSITO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA:

- Da União → no BACEN
- Estados/DF e Municípios
  - + órgão/entidades
  - + empresas controladas pelo poder público
 → Em instituições financeiras oficiais
  - Ressalvados os casos previstos em lei

## NOVIDADES



### EC 108/2020

- União, Estados/DF, Municípios } disponibilizarão suas { Informações e dados }
  - Contábeis
  - Orçamentários
  - Fiscais
- Conforme { Periodicidade, Formato, Sistema } estabelecidos pelo
- órgão central de contabilidade da união
- De modo a garantir { Comparabilidade, Rastreabilidade, E publicidade } dos dados
  - Devem ser divulgados em **meio eletrônico** de acesso **público**

### EC 109/2020

- União, Estados/DF, Municípios } Devem conduzir suas **políticas fiscais** de modo a manter as **dívidas** públicas em níveis **sustentáveis**
- Elaboração** e **execução** de planos e orçamentos
  - Indicadores fiscais ↔ Compatibilidade ↔ Sustentabilidade da dívida

## ASPECTOS GERAIS

- = Plano plurianual  
Instrumento de planejamento
  - Para um período de **4 anos**
  - Pode ser **revisado** durante sua vigência:
    - Inclusão
    - Exclusão
    - Alteração
 de programas
  - Planos e programas previstos na CF/88
    - Nacionais
    - Regionais
    - Setoriais
- Devem ser elaborados em **consonância** com o P.P.A. e apreciados pelo Congresso Nacional.

💡 **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** o PPA deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

## CONCEITOS IMPORTANTES

- **Diretrizes** → Normas gerais, estratégicas.
- **Objetivos** → O que deve ser feito
- **Metas** → Medidas do alcance do objetivo
- **Programas de**
- **Duração Continuada** → Programas governamentais sem prazos de conclusão relacionados às suas finalidades.  
(Não apresentam aqueles das atividades- meio)  
( Interpretação restritiva para fins de inclusão no PPA )

## CONCEITO

📋 CAI MUITO!

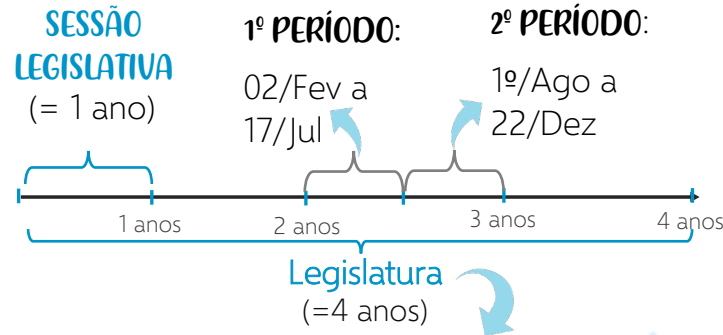
- Estabelece, de forma **regionalizada**:
  - Diretrizes
  - Objetivos
  - Metas
 da administração pública federal
- para as despesas:
  - De capital e outras delas decorrentes
  - Relativas aos programas de duração continuada

**P.P.A.**  
= NA CF/88 =

## INVESTIMENTOS

- = Despesas com:
  - Softwares
  - Planejamento e execução de obras
  - Aquisição de
    - Instalações
    - Equipamentos
    - Material permanente
- Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem:
  - Prévia inclusão no P.P.A. ou
  - Lei que autorize a inclusão
 Sob pena de **crime de responsabilidade**  
( Logo, se sua execução não ultrapassa um exercício financeiro, ele não precisa estar previsto no P.P.A. )

## LINHA DO TEMPO



1 Legislatura = 4 sessões legislativas

1 Sessão legislativa = 2 Períodos legislativos

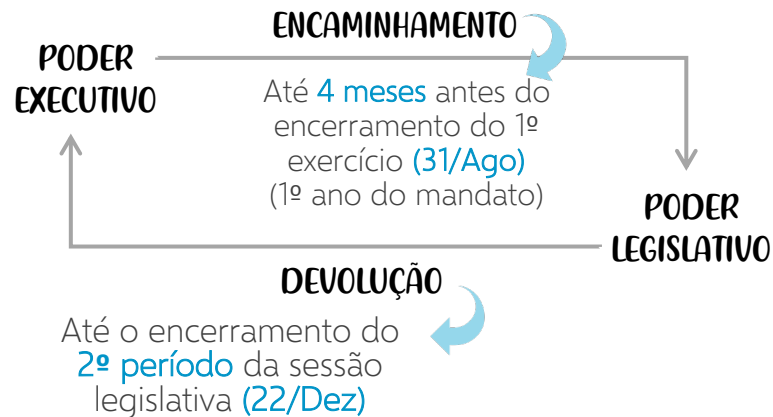
Entre cada período legislativo, há um **recesso legislativo**.

**PPA.**  
= NA CF/88 =

## PRAZOS PARA O P.P.A.

**CAI MUITO!**

(Federal)



## OBSERVAÇÕES

- Cada **Estado/DF** e **município** tem seus próprios PPA/ LDO/ LOA
- A **iniciativa** do PPA é sempre do **Poder Executivo**.

**IMPORTANTE!**

O período de **vigência do P.P.A.** não se confunde com o **mandato** do chefe do executivo.

(Para manter a continuidade dos programas)

Ele é elaborado no **1º ano** do mandato e entra em vigor no **2º ano**

## ASPECTOS GERAIS

- Surgiu com a **CF/88**
- É o elo entre P.P.A. → L.O.A.

- É **anual**.  
Estratégico      Operacional

Obs.: A L.R.F. previu novas funções para a L.D.O.:

- Obrigatoriedade dos anexos de
  - Metas fiscais
  - Riscos fiscais
- Deve dispor sobre o equilíbrio de receitas e despesas

(Detalhadas mais à frente)

## PRAZOS PARA A L.D.O.

(Federal)



PODER  
EXECUTIVO

### ENCAMINHAMENTO

Até **8 meses e meio** antes do encerramento do exercício (**15/Abr**)

PODER  
LEGISLATIVO

### DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **1º período** da sessão legislativa (**17/Jul**)

**L.D.O.**  
= NA CF/88 =

## CONCEITO



- Compreende
  - Metas e Prioridades da administração Pública Federal
- **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** estabelecerá **diretrizes** de política fiscal e respectivas **metas**.  
( Em consonância com trajetória sustentável da dívida pública )
- **Orientará** a elaboração da **L.O.A.**
- Disporá sobre **alterações na legislação tributária** (mas não pode criar, suprimir, aumentar, diminuir ou autorizar tributos)
- Estabelecerá a **política de aplicação** das agências financeiras oficiais de **fomento**.  
(Ex.: bens, BB, Caixa,...)

**NOVIDADE!** **EC 109/2021:** a LDO deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.



A sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação da L.D.O.

## ASPECTOS GERAIS

- É o orçamento propriamente dito.
  - Prevé → Arrecadação de **receitas**
  - Fixa → Realização de **despesas**
- Diz respeito ao período de **1 ano**.
- Finalidade = Concretização dos objetivos e metas do **P.P.A.**
  - Em consonância com o estabelecido na L.D.O.
- O **projeto** da L.O.A. deve ser acompanhado de **demonstrativo regionalizado** do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:
  - Isenções
  - Anistias
  - Remissões
  - Benefícios de natureza
  - Subsídios

Financeira  
Tributária  
Creditícia

💡 **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** a LOA deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

## PRAZOS PARA A L.O.A.

📅 **CAI MUITO!**

(Federal)

**PODER EXECUTIVO**

### ENCAMINHAMENTO

Até **4 meses** antes do encerramento do exercício (**31/Ago**)

É igual ao do P.P.A.

**PODER LEGISLATIVO**

### DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **2º período** da sessão Legislativa (**22/Dez**)

## CONCEITO

- A L.O.A. **compreenderá:**
  - Orçamento fiscal
  - Orçamento de investimento das empresas
  - Orçamento da seguridade social
- = **Tripartição orçamentária**

Apenas para melhorar organização da L.O.A.

São 

Integrados  
Organizados e  
Consolidados.

**L.O.A.**  
= **NA CF/88** =

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Não podem existir **orçamentos paralelos!**

### É VEDADO:

- O início de 

Programas ou  
Projetos

 não incluídos na L.O.A.
- Proíbe a consignação de crédito com 

Finalidade imprecisa ou  
Dotação ilimitada

## ORÇAMENTO FISCAL

- Referente aos poderes da União
  - + Seus
    - Fundos
    - Órgãos
    - Entidades da Administração Direta e Indireta
- Inclusive as **fundações** { Mantidas e Instituídas pelo poder público.

**L.O.A.**  
= NA CF/88 =

## ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

- Investimento das empresas em que a União,
  - Só os investimentos! As despesas de custeio **não** precisam estar na L.O.A.
- direta** ou **indiretamente**, detenha a **maioria** do capital social **com direito a voto**.  
(= Empresas controladas pela União)

**ESTATAIS NÃO  
DEPENDENTES**

Orçamento de investimento das estatais

**ESTATAIS  
DEPENDENTES**

Orçamento fiscal e da seguridade social

## ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- Seguridade social =
  - Saúde
  - Previdência
  - Assistência social
- Educação **não** faz parte!

- Abrange todos os órgãos e entidades a ela vinculados (Administração direta e indireta)

- Órgãos **vinculados** aos ministérios correspondentes:
  - Todas as despesas independentemente da natureza da despesa
- Órgãos **não vinculados** aos ministérios correspondentes:
  - Só as despesas típicas da seguridade.

- + **Fundos e fundações** { Mantidos e Instituídos pelo poder público



- Os orçamentos { Fiscal e De investimento das estatais } **têm** o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional
- O da seguridade social, não!

L.O.A.

## ASPECTOS GERAIS

- = Autoriza a **transferência de recursos**

federais a 

{	DF	mediante <b>emendas individuais</b> <b>ao projeto de L.O.A.</b>
	Estados	
	Municípios	

## TIPOS

### TRANSFERÊNCIA ESPECIAL:

- Possibilita ao ente firmar contratos de **cooperação técnica** para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos
- Pelo menos 70% → Aplicadas em despesa de capital

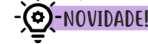
### RECURSOS:

- Repassados **diretamente** ao ente (Independente da celebração de convênios, etc.)
- Pertencerão ao ente quando da efetiva transferência.
- Aplicados em **áreas de competência** do Poder Executivo do ente beneficiado.

### TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA:

- Os recursos serão:
  - **Vinculados** à programação estabelecida
  - Aplicados em **áreas de competência** constitucional da União

= NA CF/88: EC 105/19 =



## IMPORTANTE

- Os recursos transferidos **não** integrarão a receita dos entes beneficiários para fins de:
  - Repartição
  - Cálculo dos limites de despesa com pessoal (Ativo/inativo)
  - Cálculo dos limites de endividamento do ente.
- Vedado o uso dos recursos para:
  - Despesa com **pessoal** e encargos sociais
  - Encargos do **serviço da dívida**



## PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

- A L.O.A. deverá conter **todas** as { receitas e despesas } \*

+ seus { Fundos  
Órgãos  
Entidades da administração direta de indireta

Inclusive as **fundações** { mantidas e instituídas }  
pelo poder público

\* Todas as **receitas** → Inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.

Todas as **despesas** → Próprias dos órgãos ou que por intermédio deles se devam realizar.

- A **L.O.A.** compreenderá:
  - Orçamento **fiscal**
  - Orçamento **de investimento das estatais**
  - Orçamento **da seguridade social**

## PRINCÍPIO DA UNIDADE

- O orçamento deve ser **uno**.
- = Somente um orçamento por ente da federação
- Visa **eliminar** a existência de **orçamentos paralelos**  
→ Facilita o controle racional e direto das operações financeiras.

### PRINCÍPIO DA TOTALIDADE

- Há coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem ser consolidados.

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA ANUALIDADE OU PERIODICIDADE

- O orçamento deve ser { elaborado e autorizado } para o período de 1 ano.  
( = 1 exercício financeiro)
- Para que o **executivo** tenha que pedir permissão periodicamente ao **legislativo**
- O **P.P.A.** não é considerado exceção.  
(É um plano estratégico e não operacional)
- São considerados **exceções** os créditos **especiais** e **extraordinários** reabertos no exercício seguinte.

## PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

- As **receitas** e **despesas** devem constar do orçamento pelos seus **totais**.  
→ Sem qualquer dedução
- **Veda** que sejam incluídas em seus **montantes líquidos**.
- Cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra =  
Orçamento da { Transfere: **despesa**  
entidade que { Recebe: **receita**

## PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

- As **receitas** e **despesas** devem ser discriminadas, demonstrando a Origem e Aplicação } dos recursos.
- A lei orçamentária **não** consignará **dotações globais** destinadas a atender indiferentemente as despesas de:
  - Pessoal
  - Material
  - Serviços de terceiros
  - Transferências
  - Outras.

## PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

- A lei orçamentária **não** conterá dispositivo estranho à { Previsão de receitas  
Fixação de despesas  
→ Excetuando-se da proibição:
  - Autorização para **abertura de créditos suplementares**
  - Contratação de **operações de crédito** (Ainda que por antecipação de receita)
- Para **evitar** que o orçamento seja utilizado para aprovação de **matérias estranhas**. (aproveitando-se da celeridade de sua tramitação)

- **Exceções** = despesas que se referem a :
  - Programas especiais de trabalho.. (Por sua natureza, não podem cumprir as normas gerais de execução da despesa )
  - Reservas de contingência (Para enfrentar possíveis perdas advindas de situações emergenciais)

principios  
orçamentários

## PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO ESTORNO

- O administrador público não pode:
  - Transpor
  - Remanejar
  - Transferir**Recursos sem** autorização legislativa
- Exceção:** ato do poder executivo pode, **sem prévia autorização do legislativo**,
  - Transpor
  - Remanejar
  - Transferir**Recursos** de uma categoria de programação no âmbito das atividades de
  - Ciência
  - Tecnologia
  - Inovação,com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções

## PRINCÍPIO DA QUANTIFICAÇÃO DOS

### CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- São **vedadas**:
  - Concessão de **créditos ilimitados**
  - Utilização

Cada crédito deve ter e respeitar sua respectiva dotação
- Dotação** = montante de recursos financeiros do crédito orçamentário.

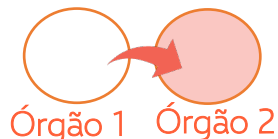
# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## CONCEITOS IMPORTANTES:

### TRANSPOSIÇÃO



### REMANEJAMENTO



### TRANSFERÊNCIA



No mesmo órgão e mesmo programa  
= Realocações entre as categorias econômicas de despesas

## PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

- Visa assegurar que:  

Despesas autorizadas → Não superem → Previsão de receitas
- A L.D.O. tratará do **equilíbrio** entre receitas e despesas (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- Contábil e formalmente**, o orçamento estará **sempre equilibrado**.

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Todos os instrumentos de 

{	Planejamento
	Orçamento

  
Serão **leis**. (Resultado de um processo legislativo completo)

## PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

- É **condição de eficácia** do ato sua divulgação em veículos oficiais de comunicação

## PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

- Exige a ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de:
  - Instrumentos de (PPA, LDO, LDA) 

{	Planejamento
	Orçamento
  - Prestação de contas + parecer prévio
  - Relatórios (Relatório resumido de execução orçamentária + relatório de gestão fiscal)
  - Anexos
- A transparência será assegurada mediante:
  - Incentivo à participação popular
  - Acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.
  - Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle

## PRINCÍPIO DA PROGRAMAÇÃO

- O **orçamento** deve expressar as
  - Realizações e Objetivos de forma programada planejada
- O **orçamento** deve ter conteúdo e forma de programação
- Vincula normas orçamentárias a:
  - Consecução e finalidade do PPA
  - Programas
    - Nacionais
    - Regionais
    - Setoriais
 de desenvolvimento.

## PRINCÍPIO DA CLAREZA

- O **orçamento** deve ser apresentado em linguagem
  - Clara e
  - Compreensível
- e expresso de forma
  - Clara
  - Ordenada
  - Completa

# PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

## PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO DE RECEITAS

- Nenhuma receita de **impostos** poderá ser (das demais espécies tributárias, podem) reservada/comprometida para atender a determinados gastos.
- Salvo as **ressalvas constitucionais**:
  - Repartições constitucionais de impostos
  - Destinação de recursos para:
    - Saúde
    - Desenvolvimento do ensino
    - Administração tributária
  - Prestação de garantias às operações de crédito por A.R.O. (Antecipação de receita orçamentárias)
  - Garantia/contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.


## PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

- O orçamento deve manter uma mínima **padronização/uniformidade** na apresentação dos dados
- Para permitir a **comparação entre os orçamentos**

# VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

## SÃO VEDADOS:

1. Início de { Programas não incluídos na L.O.A.  
Projetos
  2. Realização de despesas ou } que **excedam** os  
assunção de obrigações } créditos orçamentários ou adicionais.
  3. Realização de **operações de crédito** que excedam o montante das **despesas de capital**. (= Regra de ouro)  
→ **RESSALVADAS** as autorizadas mediante créditos suplementares/especiais com finalidade precisa → Aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta
  4. A **vinculação** da receita de **impostos** a { órgão  
fundo  
despesa
- **RESSALVADAS:**
- **Repartição** constitucional
  - Recursos para { ações e serviços de **saúde**  
manutenção e desenvolvimento do **ensino**  
atividades da **administração tributária**
  - Prestação de **garantias** às operações de crédito por A.R.O. (antecipação de receita orçamentária)
  - Prestação de **garantia** e **contragarantia** à União e pagamento de **débitos** para com esta.

5. A abertura de crédito { Especial ou  
Suplementar sem:
  - Prévia autorização legislativa
  - Indicação dos recursos correspondentes
6. Transpor }  
Remanejar } **Recursos** sem autorização legislativa  
Transferir }
7. Concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.  
Proíbe a consignação de crédito com {
  - Finalidade imprecisa ou
  - Dotação ilimitada
8. Instituição de **fundos** de qualquer natureza sem autorização legislativa  
(EC 109/2021)
9.  **NOVIDADE!** A criação de **fundo público**, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante:
  - **Vinculação** de **receitas**
  - **Execução direta** por programação **orçamentária/financeira** de órgão ou entidade da administração

# VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

## SÃO VEDADOS:

9. Utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento
  - { Fiscal ou Da seguridade socialpara **suprir necessidades** ou cobrir déficits de
  - { Empresas
  - { Fundações
  - { Fundos
10. A **transferência** voluntária de recursos ou concessão de **empréstimos** (inclusive por A.R.O.) pelos
  - Governos
    - { Federal e Estaduais ou
  - Suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal
    - { Ativo
    - { Inativo
    - { Pensionista
11. O uso de recursos das **contribuições sociais** para **despesas distintas** do pagamento de **benefícios do R.G.P.S.**
12. Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem
  - { Prévia inclusão no P.P.A. ou
  - { Lei que autorize a inclusão